



AMÉRICA CENTRAL —CARIBE: ÀREA VULNERÁVEL DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

Therezinha de Castro

*Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro,
e Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística —
IBGE.*

1 — Aspectos Fisiopolíticos

O território da América do Norte se estende desde o interior do círculo polar Ártico, que envolve parte do Alasca e Canadá até as regiões tropicais do sul mexicano quando o continente se torna bastante estreito. Atinge então o domínio fisiopolítico do *istmo da América Central*, que mede em sua parte mais larga, contígua ao México, cerca de 2.300 km, atingindo os 70 km quando mais se estreita, nas proximidades da Colômbia. Dentro, pois, de sua configuração, o istmo da América Central *parece mais ligado à América do Norte que à do Sul*. (Mapa 1)

Praticamente interrompida no nó do Popocatepetl, a massa montanhosa que percorre o México ressurgue na América Central interrompendo-se outra vez no *vale do Ulua*, na República de Honduras. A bacia do Ulua, comunicando-se com a do *Choluteca*, tributária do golfo de

Fonseca no Pacífico, envolve, sob o ponto de vista fisiopolítico, o território hondurenho em duas vertentes oceânicas. Valendo-se da *função dessa depressão*, os espanhóis a transformaram numa *área geoeconômica de exportação* das riquezas minerais mexicanas que demandavam a metrópole. Relacionando-se, pois, num confronto, essa depressão do Ulua com o *estreitamento que ocorre no Panamá*, área geoeconômica de exportação, no passado das riquezas minerais peruanas.

Dentro do princípio da atração fisiopolítica, aceitam alguns geógrafos a idéia de que termina no vale do Ulua o sistema das Rochosas e começa o Andino. No entanto, deve-se notar que ao sul do Ulua, entre a Nicarágua e a Costa Rica, uma outra depressão é ocupada pela *bacia do San Juan* (550 km).

Um dos mais caudalosos rios da América Central, o San Juan, serve de desaguadouro para o *lago Nicarágua*; este e



o Manágua formam as duas maiores bacias lacustres regionais. Chamado de Cocilboca pelos índios e mar Dulce pelos conquistadores espanhóis, o lago Nicarágua (7.700 km²) e o Manágua (2.000 km²) se intercomunicam pelo rio *Tipitapa*, numa réplica do que ocorre na América do Sul com o Titicaca e Poopo unidos pelo Desaguadero. Essa via de comunicação interna da América Central, paralela à costa do Pacífico, ocupa uma fossa tectônica rodeada por vulcões, recordando a paisagem dos Grandes Lagos da África Oriental.

Tendo em vista estar o canal do Panamá se tornando obsoleto para navios de grande calado, necessitando de grandes reformas tais como as por que passou Suez, poderão os Estados Unidos, numa outra opção, construir na depressão tectônica Nicarágua—Manágua uma grande via inter-oceânica. No caso, em estudo,

serão aproveitados o rio San Juan e o lago Nicarágua, bastando a construção de um canal artificial de 35 km, no istmo de Rivas, para se atingir o Pacífico.

Nota-se, porém, que, levando-se em conta o tempo e as condições da época, o canal do Panamá foi, na realidade, uma decorrência geopolítica que a posição-chave dessa zona exercia sobre os Estados Unidos. A abertura desse canal se concretizou numa época (1914) em que a região se constituía num eixo de duplicação das possibilidades geoestratégicas dos Estados Unidos tanto no Atlântico quanto no Pacífico; numa época em que a política desse país deixava de ser unicamente dirigida ao âmbito continental e se expandia para o internacional. Em contrapartida, a posição central do mar do Caribe iria adquirir maior importância com a abertura do canal do

Panamá; canal aberto em região que geologicamente pertence à América Central, historicamente à América do Sul e geopoliticamente às Antilhas.

Levando-se em conta que a importância das áreas como escalas de trânsito está em relação direta com as rotas geohistóricas imperantes, o canal do Panamá tem, no presente, importância geoestratégica bem menor, para os Estados Unidos da que teve propriamente no princípio do século. Isto, levando-se em conta a característica internacional que tomou a moderna Marinha de Guerra estadunidense, abrangendo não mais as duas costas na América, e sim os vários oceanos; a esse fato também se associa o poder qualitativo dos armamentos nucleares.

Enlace fisiográfico entre as Américas do Norte e do Sul, o istmo da América Central se constitui, grosso modo, numa espécie de corda que amarra os dois vastos continentes. Sob o *ponto de vista geoestratégico ocupa posição cêntrica-intercontinental* em relação ao continente americano e *inter-oceânica* num posicionamento com o mundo. Sob o *ponto de vista geopolítico* se constitui tanto num vínculo de *comunicação terrestre*, como na chave da *comunicação marítima*.

Por sua proximidade com os Estados Unidos e interesses que nela possuem os países da Europa Ocidental, *se envolve, embora indiretamente, na zona de segurança do Atlântico-Norte (OTAN)*, na qual Cuba se constitui no ponto vulnerável com a influência soviética. Encontra-se aí, por outro lado, *um dos pontos mais vulneráveis no conjunto do TIAR*.

À frente desse istmo, as Antilhas formam a *cadeia insular do Caribe*, que busca um enlace por entre as águas do Atlântico entre a península da Flórida e

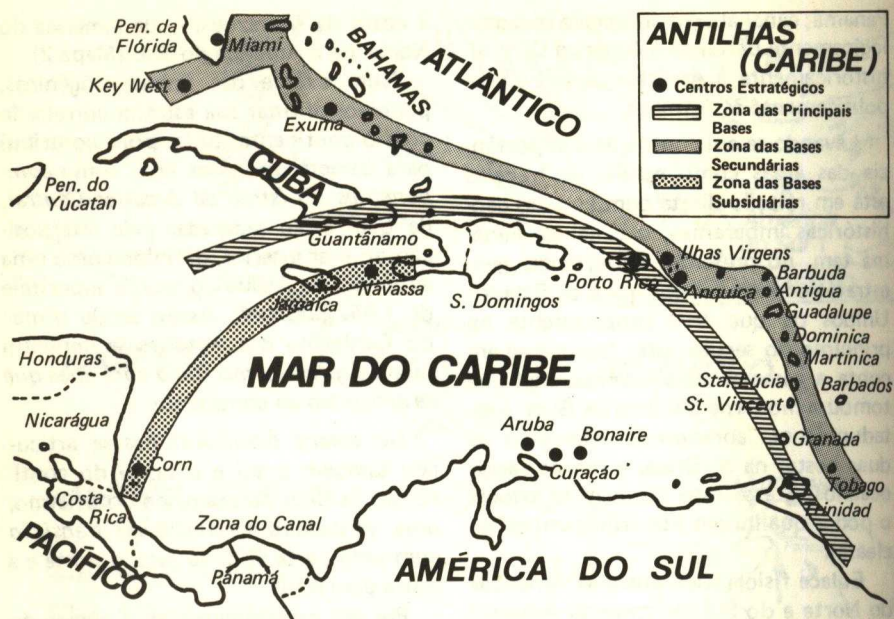
a costa da Venezuela — da América do Norte até a América do Sul. (Mapa 2)

Num exame das linhas orogênicas, podemos afirmar sua estreita correlação com o continente; tudo, pois, contribui para caracterizar essas ilhas como *componentes do istmo da América Central*, da qual estão separadas pela interposição do mar interior, definido como uma extensão do Atlântico, numa superfície de 1.942.500 km². Assim sendo o mar do Caribe ou das Antilhas se constitui numa *depressão marítima com ilhas que se articulam ao continente*.

No *enlace Istmo-Antilhas* se articulam também o sul e o norte do continente; as ilhas formam, como o istmo, uma verdadeira *fronteira de transição* com uma parte voltada para o norte e a outra para o sul.

Por seu posicionamento, o núcleo do Caribe foi, desde o passado, a *cabeça-de-ponte indispensável à penetração continental*. Seguindo o “destino manifesto” do período das grandes navegações, a formação insular do Caribe atraiu sempre por possibilitar o domínio de vastas superfícies oceânicas, condição principal à *segurança das rotas marítimas*.

Um litoral reúne condições geopolíticas favoráveis para sua eficiente utilização “quando se acha a distâncias regulares de outra costa economicamente tentadora; o grau de aproveitamento tende a aumentar em razão direta das ilhas e arquipélagos que o amparam e em razão inversa da abundância dos bens que detenha”. (J. Vicens Vives — “Tratado General de Geopolítica” — pág. 116). Nessas condições avulta a importância do litoral oriental do istmo da América Central, que tem diante de si uma grande barreira natural de ilhas e arquipélagos distinguindo o mar do Caribe, ou das Antilhas, do oceano Atlântico.



Confrontando-se com a fisiografia do ístmo que se afunila para o sul, as Antilhas se diluem praticamente no setor meridional.

Por seu posicionamento, o arco antilhano atua como *receptor indiscutível das correntes emanadas da Europa*, relegando, mesmo, a um segundo plano, em suas funções precípua, os portos do ístmo da América Central. Daí terem sido estas ilhas tão disputadas pelos invasores estrangeiros no período colonial. À semelhança do espaço terrestre, o espaço marítimo nas Antilhas é também alvo das ambições militares, muito embora *os interesses comerciais tenham precedido aí os estratégicos*. Quando os ingleses, franceses e holandeses começaram a ocupar territórios no continente americano, especialmente no delta do Mississipi e costa das Guianas, procuraram pontos de escala na área do Caribe.

Quando os Estados Unidos passaram a se desenvolver, sobretudo após a Guerra de Secessão (1865), a área do Caribe passou também a gravitar na sua órbita.

O ístmo, por sua vez, ficava quase todo na órbita da Espanha constituindo exceção o enclave de Belize, em poder dos ingleses, hoje cobiçado pelo México e pela Guatemala. Contribuiu também para que o ístmo ocupasse um *segundo plano na geopolítica regional* o fato de se constituir uma massa continental montanhosa, estreita embora alongada, não dispondo de extensão territorial capaz de criar intensa e dilatada vida interior para alimentar o tráfego marítimo.

As Antilhas se dividem em dois grupos: as chamadas *Grandes Antilhas*, compreendendo Cuba, Porto Rico, S. Domingos, Jamaica e Bahamas; e as *Pequenas Antilhas* o arco que vai de Porto

Rico até a costa sul-americana enfeixa- do por Bonaire, Curaçao e Aruba.

Os Estados Unidos estão presentes nos dois grupos. *Porto Rico*, de peculiar ligação política com o governo de Washington na categoria de Estado Livre Associado; e a leste as *ilhas Virgens*, que dividem com a Inglaterra, ocupadas para fins exclusivamente militares. Além dessa segunda posição nas Antilhas, os Estados Unidos, ante a necessidade de manter pontos geoestratégicos, ocupam uma terceira posição nas *ilhas Corn*, arrendadas à Nicarágua por 99 anos a partir de 1916.

No entanto, por sua unidade, isolamento relativo e posição estratégica, tem *Cuba*, sob o ponto de vista geopolítico e enfoque geoestratégico, grande importância na área do Caribe. *Domina os principais acessos que unem esse mar*, encontrando-se no centro da zona de bases principais dos Estados Unidos; e, em posição intermediária, na zona de bases secundárias, formada pelo arco externo que principia na península da Flórida e o arco interno centrado em *Navassa*, comandada por *Guantânamo*. (Mapa 2)

Isso explica a importância da Baía de Guantânamo, território de 111,9 km² na ilha de Cuba, em poder dos Estados Unidos. Sua situação geoestratégica se justifica por ocupar o *centro geográfico das Antilhas e Bahamas, em posição dominante sobre o mar das Caraíbas e golfo do México*. Posiciona-se ao sul da ponta da ilha de Cuba, em frente ao canal da Jamáica em posição centrada sobre as Grandes Antilhas e a própria Cuba, S. Domingos e a Jamáica, o vértice do grupo.

Guantânamo é uma espécie de "Hong Kong das Caraíbas", já que, como aquela posição dos ingleses na China, não

possui nenhuma fonte de água potável, recebendo por isso, o precioso líquido através de encanamento que vem do rio Yáteras a 6.500 metros do perímetro estadunidense. Transformou-se também numa espécie de "Berlim da América Central", já que navios cubanos ou russos, mercantes ou de guerra, ao lado de outros das demais nacionalidades, têm que atravessar a parte inferior da baía, onde estão instalados os estadunidenses, para poderem atingir os centros açucareiros de Boquerón e Calmanera, na parte superior da baía, em poder de Cuba:

Sob o *ponto de vista geoestratégico*, a Baía de *Guantânamo* provou sua eficiência como base de guerra submarina na Segunda Guerra Mundial entre as linhas de abastecimento dos Estados Unidos que se estendiam desde Key West, ilha guardiã da Península da Flórida, até Trinidad, na costa venezuelana. Constitui-se numa *base logística* dos Estados Unidos na América Central, servindo de *ponto de escala* para os aviões militares, com destino a América do Sul e *ponto de defesa exterior do canal do Panamá* do lado do Atlântico. Por outro lado, a Baía de Guantânamo apresenta *posição-chave no caso de "uma guerra limitada" na América Central*.

Podemos assim concluir que as ilhas próximas de uma potência continental se encontram integradas naturalmente ao seu campo de força econômica tendo a cair dentro de sua esfera geopolítica e geoestratégica.

Dentro do ângulo geopolítico *podemos distinguir no mar das Antilhas as vias de comércio das zonas de dominação*; as primeiras correspondem aos feixes de circulação, as segundas aos pontos de estrangulamento desses feixes.

2 — Aspectos Geoeconômicos

Os aspectos fisiográficos confirmam a *homogeneidade do solo* no Caribe e América Central caracterizando-a por *uma linha vulcânica* que contribui para moldar sua fisionomia geográfica própria. Cria, pois, uma *solidariedade econômica* entre seus habitantes dentro do *sistema agrícola*: café, banana, cana-de-açúcar, algodão e fumo. Solidariedade que impede, por identidade de produtos, um efetivo intercâmbio comercial na região. Dependência de produtos que limita os países locais a uma identidade agrícola predominante, donde *o subdesenvolvimento e a conseqüente necessidade da ajuda externa e predomínio de companhias estrangeiras* (no caso da banana, principalmente). A calamitosa situação econômica local sofre ainda a agravante da acirrada competição de mercado em outras áreas envolvidas no Terceiro Mundo.

Caracterizando o sistema econômico da *monocultura*, as Antilhas e América Central se apresentam com 90% de suas respectivas populações vivendo na faixa costeira.

Dentro do aspecto geoeconômico, ao se iniciar a colonização da região, predominavam os *brancos europeus*; só quando se generalizou a cultura da cana (século XVIII) é que o *sistema escravagista africano* se intensificou; a abolição do tráfico e a supressão da escravidão (século XIX) traria para o local os *trabalhadores assalariados asiáticos*. Num confronto, pois, vemos que *a identidade econômica não corresponde a variedade étnico-cultural*.

É fato que com a introdução do negro se implantaria o *absenteísmo do proprietário branco*; a metrópole passava então a ser a verdadeira pátria, enquanto

a colônia se transformava num quase local de exílio. As contingências econômicas geravam um novo aspecto étnico-cultural; assim, na maioria das ilhas do Caribe, foram os negros, cujo exemplo inicial veio do Haiti, que se revoltaram contra a metrópole em busca da independência política.

Embora ligado ao fator econômico, o *fenômeno emancipacionista* não poderia partir, tal como ocorreu nas Américas do Norte e Sul, dos proprietários brancos. Na região do Caribe os brancos absenteístas estiveram sempre identificados com a metrópole européia, pois sabiam que dependiam dela para seus mercados e própria segurança.

No Istmo a evolução geopolítica se identifica com as ocorridas nas Américas do Norte e Sul; aí o elemento branco mesclado ao índio esteve não somente à frente da exploração sistemática como da própria exploração. Difere, pois, o Istmo da região insular; *não ocorreu nas ilhas a unidade de pensamento predominante nas elites continentais*. Justifica-se o fato no período de pouco mais de um século, que se estendeu de 1702 a 1815, envolvendo a Europa em cinco importantes guerras com conseqüências diretas no Caribe; essas guerras refletiam, no seu desenlace, na troca de metrópoles no Caribe — em várias ilhas as populações tiveram que mudar não somente de língua como também de costumes.

A emancipação política não lhes trouxe, tanto para o Istmo quanto para as ilhas, a independência econômica; muito pelo contrário, agravou-a. Assim, no presente, dentro do subdesenvolvimento, os recursos econômicos tidos como essenciais lhes faltam gerando um volume maior na pauta das importações. Quando esses recursos econômicos existem, como no caso específico do setor

mineral, ficam na dependência de capitais estrangeiros que os possam exportar.

Por essa razão, a América Central só a partir de 1920 começou a explorar a *bauxita* e, em 1952, com a entrada da Jamaica na produção, a região se converteu na grande abastecedora mundial deste mineral. Quanto ao *níquel*, à produção de Cuba agregaram-se depois de 1971 a República Dominicana e a Guatemala. Embora levando a dianteira, o México não é o único produtor de *chumbo e zinco*, contando nessa área com Honduras. Quanto ao *enxofre*, extraído de domos salinos, com sua exploração na área se destaca no istmo de Tehuantepec (México), sabendo-se porém que o produto pode ser obtido nos depósitos vulcânicos superficiais que abundam na América Central.

Barril de pólvora, desde o processo emancipacionista, a América Central, com a retirada da Espanha, se converteu numa *espécie de "quintal" dos Estados Unidos*. No entanto, só por imperativos geoestratégicos o governo de Washington se faz presente; é que a região se constitui num mercado pequeno para os Estados Unidos, que são, em consequência, mais importantes para os países locais do que estes para os produtos, tecnologias e serviços estadunidenses.

No entanto, é notório que no âmbito geopolítico *já começa a colher frutos nesse "quintal" uma outra nação — a Rússia*, concorrente tenaz no contexto da hegemonia universal.

3 — Considerações Geopolíticas e Geoestratégicas

Ponto de *convergência interoceânico*, por sua posição geoestratégica, devem os países da América Central e Caribe a

causa de seu atraso sócio-econômico à dominação estrangeira.

Área desde o início disputada, levava os espanhóis a dar a seus territórios, desde a Venezuela até a Guatemala, a categoria de *Capitanias Gerais*, correspondendo a uma finalidade primordial estratégico-militar e não econômica. Essa providência não evitou que se estabelecesse aí, sobretudo nas ilhas, *um verdadeiro "círculo de ferro" dominado por potências diversas*. Finalmente, para corroborar com o atraso sócio-econômico, se implantaria o *fracionamento geopolítico*, levando os pequenos países não só ístmicos como insulares à presente situação de dependência estrangeira.

A unidade geográfica não foi suficientemente forte para impedir a vizinhança de tantas soberanias, sobretudo a inglesa, a francesa, a holandesa e a estadunidense, bem como a russa estabelecida em Cuba a partir de 1960.

No presente, pois, podemos afirmar que desde a Nicarágua, no oeste, até a pequena ilha de Granada, no leste, onde se estabeleceram regimes esquerdistas, *essa vulnerável área do hemisfério ocidental é foco maduro para a revolução* em função de um "nacionalismo" provocado pela situação sócio-econômica. Assim, *a instabilidade se caracteriza pela imaturidade nas lideranças políticas*, que, como na África, se alternam através de golpes e contragolpes.

A *autodeterminação* é uma brecha aberta para a influência comunista; em nome dessa autodeterminação a ditadura de direita, em nome da democracia e dos direitos humanos, é substituída pela ditadura de esquerda; consagrando-se essa última não só pelo envio de armas e assessores cubanos para Granada, por exemplo, como pelo convite ostensivo

oficial feito pelos sandinistas da Nicarágua a Fidel Castro para uma visita ao país.

Embora não se possa afirmar que essa estratégica bacia do Caribe tenha sido abandonada pelo Bloco Ocidental, é fato, porém, notório que *tem sido descuidada*. Descuidada ante a influência de Moscou através de sua preposta Cuba, e *conseqüente escalada subversiva* alentada pelo triunfo da *Frente de Libertação Sandinista na Nicarágua*. Escalada subversiva que alcançou a própria *Costa Rica* (1979), que para livrar-se do mal, expulsou não só diplomatas soviéticos como também 150 ativistas estrangeiros, muitos dos quais exilados brasileiros, argentinos, chilenos, salvadorenhos e mesmo cubanos.

O fato é que, com o triunfo sandinista, a instabilidade alcançou *El Salvador*, onde grupos extremistas de esquerda: FARN (Forças Armadas de Resistência Nacional), ERP (Exército Revolucionário do Povo) e BPR (Bloco Popular Revolucionário), não cessam de mostrar suas atividades tomando fábricas, ocupando embaixadas, para, em seguida, procurar abrigo nas igrejas. Em *Honduras* a situação é tão melindrosa quanto a da *Guatemala*, onde agem o EGP (Exército Guerrilheiro do Povo) e o PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho), procurando, em proveito das esquerdas, levantar a população contra o governo.

Dai o dilema regional dessa *zona de transição entre as Américas Anglo-Saxônica e Latina*. Zona de transição bastante desagregada geopoliticamente, sujeita, portanto, a ser palco da "guerra fria".

A Rússia explora a situação turbulenta na região: no momento, além de *Cuba*, base soviética no Caribe Oriental,

conta semi-oficialmente, com outros dois proveitosos pontos de apoio — em *Granada*, no Caribe Oriental e, no próprio Istmo, através da *Nicarágua*. Trata-se de *um autêntico triângulo geoestratégico russo dentro da zona de segurança do TIAR*.

Enquanto a Rússia rejeita a idéia de que o Caribe seja um "mare nostrum" estadunidense, expande seu poderio aeronaval em Cuba; os Estados Unidos, por sua vez, ordenaram (outubro de 1980) o estabelecimento de uma Força Tarefa Conjunta de Contingência em Key West, destinada a "empregar as forças designadas em ação, caso isso se torne necessário". Em contrapartida, no Caribe Oriental, conselheiros militares ingleses prestam assistência a *Barbados*, que é nação pró-ocidente; enquanto a França, com seus "Gardes Mobiles", força policial de elite conseguiu evitar que a *Martinica* caísse na esfera esquerdista. Concluindo-se, pois, que *a bacia do Caribe é caso notório de zona subdesenvolvida dominada pelo tumulto esquerdista em função das crescentes expectativas*.

Concluimos, por outro lado, que no âmbito da América Central, nenhuma das alternativas poderá ter resposta precisa, pelo menos no presente, levando-se em conta que *os países locais ainda não atingiram uma média viável de nível sócio-político*. Enquanto a maioria dos países da América do Sul ainda se encontra no período geopolítico da "adolescência", a América Central, as Antilhas e as Guianas, que com elas se identificam, são consideradas como "áreas infantis", que ainda não se definiram.

Sob o ponto de vista geopolítico nessa área vulnerável, ao lado de nações independentes, figuram enclaves coloniais, zonas de controle e possessões que atingem a parte semi-autônoma das Guianas.

As *taxas de analfabetismo* são altas, influenciando no *alto índice de natalidade*. Etnicamente a zona do Caribe *não se constitui num conjunto homogêneo no âmbito latino-americano*; ao Haiti negro, se superpõe uma Costa Rica predominantemente branca. A grande *variedade idiomático-racial* se traduz desde o sangue asiático, africano, europeu e ameríndio até a mestiçagem a que se adicionam as línguas inglesa, francesa, holandesa e espanhola, tendo concorrentes variados dialetos.

Por outro lado, componentes geohistóricos contribuíram para que povos com herança e força de vida contemporâneas, praticamente comuns, se desconhecem no passado, e quase não se intercomunicam no presente. Cada ilha se constitui num quase "museu", resguardado por distinções arcaicas, onde os processos culturais são cuidadosamente preservados. E neste *aspecto insular isolacionista* nota-se que Curaçao, a uma hora de Barbados, contacta muito mais com a Holanda.

Conclui-se ainda que a área vulnerável da América Central e Caribe se vem revelando como *uma região geográfica predestinada a concentrar "geopolíticas" de vários Estados em expansão*. Mosaico de nações com futuro ainda incerto, nota-se que no período de após-guerra os variados e pequenos países que aí se instalaram *começam a refletir no presente, no seio da OEA* (Organização dos Estados Americanos), como que um novo *poder caribeano em questões interamericanas*. Reflete-se, pois, no seio da OEA o fenômeno que se apossou da ONU com as instáveis nações africanas; com uma agravante, pois que, no âmbito da OEA, as nações que a ela se filiam são muito menores e bem mais frágeis sob todos os pontos de vista que a maio-

ria africana. É o caso das minúsculas St. Vincent, Dominica, Granada e Santa Lúcia, repúblicas precursoras de muitas outras que ainda hão de se formar. São simplesmente ilhas-nações, mais ilha do que nação, muitas das quais não chegam a alcançar os 500 km², necessitando em tudo e para tudo da ajuda externa. São nações independentes, de grande dependência.

Por outro lado, a *fragmentação geopolítica* é a tônica nessa área onde associações e federações têm, à semelhança do que ocorre na África, falhado. Foi o caso recente da ilha União que, associada a St. Vincent procurou constituir-se em república à parte, sendo logo contida com a pronta ação de apenas 50 policiais vindos de Barbados. O motim consistiu numa ação de poucos homens revoltados contra o poder central de St. Vincent, que por sinal conta com uma população de apenas 120 mil pessoas.

Outro exemplo típico de fracasso federativo se prende ao caso das Índias Ocidentais, onde a Jamaica e Trinidad com 83% do total do território integrado por outras oito pequenas ilhas, com 77% da população e 3/4 partes das riquezas, provocaram a sua dissolução. A fragmentação era fato incontestável visto que a comunicação entre as 10 ilhas que formaram a Federação era difícil: Kingston, na Jamaica, se encontrava a 1.930 km de Porto Belo, a capital do conjunto. Caberia, assim, à própria Jamaica a iniciativa em 1962, do processo de desintegração geopolítica da Federação das Índias Ocidentais.

É fato que o *denominador comum nessa área vulnerável do hemisfério ocidental* se prende à necessidade de se libertar as populações da pobreza e desemprego endêmico. Desemprego que,

por sua vez, impõe a grande *sangria populacional para a área*, sobretudo em busca de novos horizontes de uma ilha para a outra, visto que a imigração para os Estados Unidos, Inglaterra ou Canadá, pelo grande êxodo, tenha sido levada para o rol dos ilegais.

O fenômeno social é reflexo dessas nações dependentes da monocultura, inteiramente sujeitas ao mercado exterior para o preço do que oferecem, mas que não escapam ao ágio do petróleo. São, pois, essas nações *formações geopolíticas frágeis e voláteis dependentes da ajuda externa*. Ajuda externa que em 1980 teve o aumento de 10 milhões de dólares anuais para o total da assistência mantida pelos Estados Unidos de aproximadamente 80 milhões de dólares para toda a área, canalizados pelo Banco do Desenvolvimento do Caribe e outras instituições congêneres internacionais. Num interessante confronto, observa-se que a Rússia gasta, só em Cuba, mais de 10 milhões de dólares por dia, a fim de manter a viabilidade econômica do falido regime ditatorial Castrista.

À semelhança de Cuba que só se mantém como satélite de Moscou, a maioria das nações da área apresentou *uma taxa negativa de crescimento per capita de seu Produto Bruto Nacional*. Em se tratando dos mini-estados ou repúblicas insulares do Caribe, em média, sua população conjunta não chega a alcançar a da cidade do Rio de Janeiro; sendo sua superfície tão limitada quanto o número de habitantes.

4 — Conclusões Gerais

— O hemisfério ocidental tem um de seus pontos mais vulneráveis na área do

Caribe e América Central em decorrência de *aspectos psicossociais*. Explorar a debilidade material e social é método liderado por Moscou. Os ataques de Washington aos ditadores de direita em nada contribuem para a resolução dos graves problemas regionais, colaborando, no entanto, para que alguns países ingressem ou venham a ingressar na esfera esquerdista.

— O complexo América Central-Caribe não é mais uma região que a simples distância proteja de *um ataque nuclear*. A "guerra fria" já alcançou a área; disputada no passado como porta de acesso das riquezas minerais; ambiciosa no presente, quando um mosaico de nações busca o seu futuro incerto.

— No passado a área atraiu as atenções do mundo com a construção do *Canal do Panamá*, mudando o equilíbrio de forças regionalmente como internacionalmente. A Colômbia perdeu o ístmo do Panamá, a Nicarágua a sua chance de se tornar a encruzilhada do mundo; a França foi abalada por problemas financeiros, enquanto os Estados Unidos passavam da geopolítica puntiforme no âmbito continental para a geoestratégia difundente no âmbito internacional. No presente, o posicionamento do complexo América Central-Caribe entre dois oceanos sujeita a área a *duas ofensivas marítimas possíveis*; e tudo isso numa *área geopoliticamente instável, de microregionalismos*, povoada por países que jamais experimentaram aquilo que poderíamos razoavelmente chamar de desenvolvimento equilibrado, e que, a despeito de tudo, vêm mantendo no dia-dia um contacto cada vez mais estreito com o mundo exterior.



O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE MERCADO JARRÍN

Victor Ricardo Ramos Ormeño

Capitão-de-Corveta (Marinha do Peru). O presente trabalho foi apresentado pelo Autor ao término de seu curso na Escola de Guerra Naval, do Brasil.

A Geopolítica, ramo da ciência política que estuda a influência dos fatores geográficos na evolução do mundo e dos Estados, constitui um valioso auxílio para a condução política de um país ou grupo de países. Diversos estudiosos estabeleceram o que poderíamos chamar de Princípios da Geopolítica, axiomas que mostram a influência das características geográficas sobre a vida dos Estados.

Continuamente aumenta o número dos especialistas sul-americanos que, ocupados em diversas matérias, introduzem considerações geopolíticas na discussão dos problemas regionais de grande influência internacional. Achamos que se trata de uma atitude intelectual que merece especial consideração: por pouco que se estenda e se afirme, esta tendência pode chegar a cobrir um espaço hoje perigosamente vazio e exercer decisiva e protetora influência sobre os maiores níveis nacionais de decisão. Os

governantes desta parte do mundo — talvez com facilidade e frequência excessivas — têm cedido à sugestão ou às pressões de poderosos interesses estrangeiros. Poucas vezes benéficas, as ações assim inspiradas só têm servido para criar situações de dependência a serviço das ideologias que vêm disputando aqui e em outras partes do planeta, o domínio universal.

Uma perspectiva espacialista com visão própria, centrada nos autênticos problemas nacionais e regionais, parte necessariamente de uma reavaliação dos fatores locais, ambientais, e humanos, analisados cientificamente. Sua contribuição é imprescindível — no planejamento político e estratégico — para identificar os interesses nacionais realmente comprometidos no processo histórico e estabelecer a natureza e alcançar dos riscos e ameaças por enfrentar.

Neste contexto, entendemos que pouco se tem falado e escrito sobre a ne-

cessidade de o Peru descobrir sua própria geopolítica em relação ao subcontinente, o continente e o resto do mundo. No entanto, ela tem estado presente, embora não com a frequência requerida, para orientar uma política internacional coerente, firme e que deve continuar a serviço do interesse nacional.

No presente trabalho tentaremos examinar o pensamento geopolítico de Edgardo Mercado Jarrín, que a nosso ver foi preponderante na orientação política do Peru durante o último governo militar exercido desde 1968 até julho deste ano.

Com tal propósito analisaremos sua concepção não que se refere ao mundo atual, dando ênfase à posição da América Latina, faremos uma breve passagem pela história geopolítica peruana, para a seguir rever alguns pontos da problemática interna do Peru, não só quanto às suas áreas de interesse geopolítico, mas também quanto a seu posicionamento no contexto latino-americano, procurando verificar até que ponto a obra de Mercado Jarrín influencia a solução dos problemas nacionais e a participação do país no Pacto Andino e no Tratado de Cooperação Amazônica.

A GEOPOLÍTICA NO TRANSCURSO DA HISTÓRIA DO PERU

O INCANATO — Na época pré-hispânica, o território americano foi ocupado por distintas povoações indígenas, cujos espaços estavam delimitados por verdadeiras fronteiras culturais. O Império Incaico, que abrangeu quase toda a área andina sul-americana, teve sua zona polarizadora, isto é, o seu "núcleo de coesão", nos vales de Cuzco, área a partir da qual a civilização originada por Manco Capac pôde harmonizar-se e do-

minar o imenso território conquistado. Sob o seu eixo noroeste-sudeste estendia-se o histórico Caminho do Inca, que enlaçava o seu núcleo com Quito, ao norte, e com as atuais províncias argentinas de Jujuy e Tucumán, ao sul, servindo, com grande sentido geopolítico, ao papel de predomínio que exerceu o Império na América pré-hispânica.

O desmoronamento do legendário Império Incaico e sua rápida desintegração foram provenientes do fato geopolítico de haver estado integrado por núcleos humanos econômica e administrativamente distantes, cujos componentes não tiveram participação na condução política do Tahuantinsuyo.

A GEOPOLÍTICA DA LIMA VICE-REINAL — Na época colonial, Espanha e Portugal incursionam no espaço sul-americano. Se a expansão espanhola se produz na parte ocidental e austral, os tratados de Tordesilhas e de San Ildefonso possibilitam a penetração portuguesa na parte oriental.

Os limites culturais da América Indígena são substituídos pelas fronteiras coloniais, em cujos traços fica patente o rastro da paciente penetração de vários séculos de "entradas" e "bandeirantes", expressão da geopolítica lusitana.

Na colônia, o Vice-reino do Peru estendeu-se por toda a América do Sul, com exceção do Brasil de hoje, e os atuais territórios da Argentina, Colômbia, Equador e Chile foram seus tributários.

Os séculos XVI, XVII e XVIII viram o surgimento da geopolítica da Lima Vice-Reinal, de onde se irradia o poder político e econômico da Metrópole, baseado no comércio e nas comunicações marítimas. Lima, então, se converte no pivô do projeto imperial espanhol. O Peru foi o ponto de apoio da colonização,

o núcleo de onde se desenvolveram os meios da dominação do espaço. No entanto, as enormes distâncias, os vastos espaços sem comunicação, o comércio voltado para fora e o enfraquecimento do poder central deram lugar ao segregamento da Audiência de Quito, o Vice-reino do Rio da Prata, a Audiência de Charcas e a Capitania Geral do Chile. Aquela ação geopolítica, particularmente a segregação do Alto Peru ou Audiência de Charcas, contribuíram para a decadência do Vice-reino do Peru.

A ação emancipadora do poderio espanhol juntam-se as ondas revolucionárias do Rio da Prata e da Venezuela, agitadas pelo pensamento geopolítico intuitivo, segundo o qual quem domina o núcleo de coesão, domina o território, e quem isso consegue, domina seus vizinhos para a seguir dominar o continente.

Nos planaltos gélidos do território peruano e sobre os traços do Caminho do Inca, na área vital político-estratégica do núcleo de coesão e colonização da América Hispânica, sucederam-se as definitivas batalhas de Junín e Ayacucho, sem as quais não teria sido possível a liberdade do Subcontinente.

A REPÚBLICA — No primeiro período da República se produz a primeira ação geopolítica, com a formação da denominada "Confederação de Dois Perus". Segundo Jorge Basadre, notável historiador peruano, ela deu ao Peru e à Bolívia "pelo menos uma idéia de algo do que aconteceu na sua história pré-hispânica, e que falta permanentemente na história: a ilusão do grande, o sonho imperial". Aquele episódio logo fracassa devido a uma conjugação de fatores internos e externos, principalmente pelas intrigas de caudilhos locais e a aberta e tradicional hostilidade do governo chile-

no. Ainda mais, devem ter sido um sinal de alarme para o Peru, já que o advertiu do processo gestante do pensamento geopolítico chileno e que se pode constatar na opinião de seu onipotente ministro durante a Confederação, Diego Portales, quando diz: "devemos dominar para sempre no Pacífico; esta deve ser sua máxima agora e oxalá a do Chile para sempre".

No segundo período, o Marechal Ramón Castilla, é o porta-voz lúcido do pensamento geopolítico peruano, que infelizmente interrompe-se anos depois e que esperamos ainda ver revivido. Por instinto geopolítico, aguçado pelo sentido da realidade, gravitaram em seu governo soluções que estimularam a afirmação da personalidade nacional e grandes perspectivas continentais. Fatores geo-históricos conduziram Castilla à concepção do Peru, que haveria de ser, sem dúvida, o Peru do futuro.

No seu governo tem-se percebido com clareza essa forma mandatária, tantas vezes esquecida na história. No plano internacional, o Peru tem uma crescente participação nas decisões continentais e um dimensionamento mundial. No interno, observou com toda clarividência o país em seus aspectos naval, terrestre e fluvial, cuja prioridade era a coesão nacional e a integração do território, etapa prévia a uma posição privilegiada na América do Sul.

Com ele se inicia o renascer da consciência marítima, convertendo o Peru na primeira potência naval sul-americana; a marcha efetiva até o Oriente, estimulando o progresso da região selvática e defendendo os interesses na Amazônia. Organizou territorialmente a República, dividindo-a em departamentos, províncias e distritos. Estes aspectos de sua obra constituem todo um planeja-

mento geopolítico, que podemos concretizar em: estabelecimento das bases da integração nacional e a efetiva ocupação da periferia.

Diz-se que o problema fundamental da geopolítica é, em primeiro plano, de natureza propriamente estratégica. É necessário formular-se com sabedoria e difundir com habilidade os propósitos estratégicos nacionais. Isso foi o que fez Castilla. Com a visão que lhe foi característica, definiu com perícia os objetivos nacionais e alentou o espírito ofensivo da nação, à qual deu toques de grandeza.

Edgardo Mercado Jarrín destaca que no governo de Castilla, na sua ação previsora, está a chave de uma doutrina geopolítica peruana, que pode sintetizar-se nos seguintes pontos:

— a projeção regional do Peru, para fazer frente comum, com os países irmãos ao sul do Rio Grande, contra a dominação estrangeira de qualquer matiz, inspirado no nacionalismo latino-americano e na solidariedade, não na hegemonia.

— a afirmação da presença peruana no Pacífico Sul, na sua qualidade de via marítima de comunicações da qual depende a sua estabilidade econômica em tempo de paz e sua sobrevivência em época de guerra, além de ser o epicentro de alto interesse devido a seu valor econômico político e estratégico.

— a ocupação da Amazônia, no espaço vital que lhe pertence.

— fronteiras vivas, dinâmicas e seguras."

No começo da República ocorreu no Peru o mesmo que acontecia a todo o continente, isto é, o nascimento das cidades sem planejamento de desenvolvimento urbano nem políticas de descentralização administrativa, e com isso se inicia o que a maioria dos geopolíticos

peruanos chama de "drama atual" do Peru: a centralização. Nessa etapa, acentua-se a desintegração física, social e cultural da sociedade peruana, e a população aborígine continua vivendo à margem da vida nacional.

Já na segunda metade do século XIX, toma-se maior consciência da importância da região selvática; chega-se à compreensão de que sua efetiva incorporação ao corpo da Nação era vitalmente necessária, não obstante seu isolamento natural, a dificuldade nas comunicações, a grande pluviosidade e seu clima quente e permanentemente úmido.

Peru Contemporâneo — A segunda Guerra Mundial marca para o Peru o começo da expansão industrial, e com ela se acentua o centralismo. A inversão estrangeira seleciona Lima como a área mais adequada a seus interesses e aos da Metrópole, fazendo o mesmo o capital nacional. Com isso se intensificam os movimentos migratórios do campo à cidade, aumentando o desequilíbrio urbano-rural do país, com suas consequências de desocupação, desemprego e comércio ambulante. Na segunda metade do século XX, com o deslocamento para a costa, o país andino perdeu sua tradição histórica, geográfica e cultural. O eixo geopolítico da serra, que conteve o Caminho do Inca, foi desintegrado com o crescimento de Lima, passando, assim, a ser subsidiário do eixo da costa e deixando desagregada fisicamente a unidade pré-colombiana do Império Incaico.

O processo histórico de "espontaneidade geoestratégica" que temos esboçado gerou um sistema geopolítico que podemos chamar de invertebrado, e o crescimento da Lima Metropolitana deu motivo a um fenômeno de "colonialismo interno", pelo qual o setor urbano tornou-se satélite do rural, converten-

do o Peru em um país macrocéfalo. É por isso que, como é considerado por diferentes pensadores geopolíticos peruanos, a chave da solução do problema está em obter a ligação econômica, política e cultural permanente da sua rica variedade telúrica. Em outras palavras, a junção dos três países que o conformam, para construir, assim, as bases da integração nacional e dominando as diferentes condições do meio ambiente geográfico.

A VISÃO GEOPOLÍTICA DO MUNDO ATUAL

Edgardo Mercado Jarrín, a quem consideramos um diligente observador da realidade política, estratégica e particularmente geopolítica do mundo atual, tem, como base para sua concepção da conjuntura geopolítica, uma nova visão, fundamentada na posição geográfica dos continentes, naquilo que ele chama "o equador do subdesenvolvimento", passa pelo Trópico de Câncer, dividindo, assim, o mundo em duas zonas muito diferentes. Segundo ele, o conflito entre os países industrializados — nações ricas — e os países em vias de desenvolvimento, teve sua primeira confrontação nos anos 1971-1972, entre as companhias multinacionais e a OPEP, devido à subida dos preços do petróleo colocando esse produto no meio da política mundial, e iniciando uma era de profundas alterações e discrepâncias. Além disso, o recesso econômico produzido durante os anos 1974 e 1975, deu aos países pobres, produtores de outras matérias-primas, a esperança de um acordo equitativo com o mundo industrializado. A crise econômica que atualmente afeta toda a humanidade obriga o Terceiro Mundo a intensificar suas demandas por uma maior participação da produção e distribuição

de bens e serviços, e a modificação na divisão internacional do trabalho.

Vive-se, segundo Mercado, "a realidade política de um mundo economicamente dividido entre o norte e o sul. As relações econômicas de pós-guerra entre os países em vias de desenvolvimento — quase todos produtores de matérias-primas — e os países ricos ou desenvolvidos — quase todos industrializados — constituem o maior obstáculo à estabilidade política do mundo e ao crescimento balanceado de uma economia global". Nesse ponto, e concordante com alguns autores que acreditam que as diferenças em nível de vida, *know-how*, capacidade de produção e poder de negociação, estão impedindo a utilização racional dos recursos do mundo em benefício das gerações presentes e futuras.

Da comparação e análise das obras de grandes geopolíticos e estrategistas do mundo, tais como Clausewits, Jomini, Mahan, Hart, Douhet e Mackinder, Mercado Jarrín acha que eles não estabeleceram as diferenças entre o conflito e a guerra, entendendo-se como tal o emprego pacífico ou violento do poder, respectivamente; nem perceberam o atualmente chamado "conflito Norte-Sul". Estima que aos múltiplos ensinamentos daqueles estudiosos há que se acrescentar mais um: "o conteúdo da estratégia (nacional ou militar) não é imutável e deve-se adaptar ao desenvolvimento da tecnologia, às relações entre as nações e às trocas no balanço do poder". Face à realidade atual, não considera acertado, embora tenha valor, fazer dos fatores geográficos ou estratégicos os elementos determinantes no conflito Norte-Sul. Em troca, acha que uma visão atual mais objetiva e global de nosso planeta proporcionará novas luzes e

possibilitará novas concepções da terra e das partes que o integram. Esta visão diferente permitirá obter novas concepções inesperadas não na conquista e submissão dos povos, senão na defesa de seus legítimos direitos.

A visão e concepção de Mercado Jarrín, se a comparamos por exemplo com a de Hans W. Weigert, é algo diferente; ambos consideram o mundo dividido em dois hemisférios, mas Weigert os orienta no sentido Leste-Oeste, enquanto Mercado o faz no sentido Norte-Sul. Sob seu ponto de vista, diz que, embora em ambos os hemisférios as áreas oceânicas predominem sobre as continentais, o Hemisfério Norte, comparado com o Sul, pode chamar-se o "hemisfério das terras", enquanto o Hemisfério Austral pode designar-se como o de muito maior predomínio de águas oceânicas.

Fundamentando sua teoria, expressa que no Hemisfério Norte mais de 60% de sua superfície encontra-se sobre as águas, enquanto no Hemisfério Sul 80% de sua área fica coberta pelos oceanos. Dito de outro modo, ao Hemisfério Norte corresponde 40% de continentes e ilhas, enquanto ao Hemisfério Sul, os continentes e ilhas ocupam apenas 20%. Não é, pois casual que no Hemisfério Boreal se encontre o maior número de potências e países industrializados. Isto se explica ainda mais claramente ao considerar-se que a zona temperada do Hemisfério Norte cujas características climáticas exerceram no passado grande influência estimulante no desenvolvimento da civilização no Velho Mundo — abrange uma superfície muito maior que a correspondente à zona temperada no Hemisfério Austral.

Uma simples observação do globo terrestre mostra que no segmento esférico maior, que vai do Trópico de Câncer

até o Polo Sul, se apresenta um panorama de impressionante predomínio oceânico. Nele os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, como o Oceano Glacial Antártico, apresentam suas maiores expansões, deixando isolados por eles a América do Sul, África, o sul e o sudeste asiático, Oceania e o Continente gelado da Antártida. Mais impressionante, ainda, é o fato de que nesta imensa área de predomínio oceânico, se encontre localizado o maior número de nações subdesenvolvidas da terra.

Os países da América Latina, ao sul de Rio Grande, os países da África ao sul da Tunísia, os da Oceania e muitos países asiáticos, incluída em parte a República Popular da China, com todo o imenso volume demográfico que representa, ficam neste enorme segmento esférico, em cuja superfície prevalecem as águas sobre as terras.

O segmento esférico norte da Terra está formado em sua maioria por uma série de elementos de natureza diferente, que realmente configuram o poder e que não podem ser considerados isoladamente, já que mantêm estreita interdependência. Com efeito, no que se refere a recursos humanos, contam com uma população mais experiente e com mais força de trabalho; sua distribuição por idades mostra que têm relativamente muito menos povos dependentes e há uma distribuição mais proporcional, fator este quase incontrolável nos países subdesenvolvidos pelo crônico descontrole da natalidade; possuem, evidentemente, um maior nível cultural.

No campo econômico dispõem de uma maior capacidade e seu PNB em conjunto é muitas vezes superior ao dos países do segmento Sul. Quanto à capacidade industrial — elemento primordial do poder, já que nenhuma nação pode

aspirar ao primeiro plano, sem ser também uma potência industrial de primeira ordem — o segmento Norte é o espaço industrializado da Terra em que se tem desenvolvido a maior e mais eficiente indústria pesada, aspecto indispensável do poder.

No que se refere ao fator histórico, sua localização na zona temperada do Hemisfério Norte influi notavelmente na orientação geral de sua atividade econômica, e tem grande significado no que diz respeito à sua vinculação política; dispõem, ainda, das mais férteis terras agrícolas do mundo.

O poder depende cada dia mais do controle sobre os recursos naturais e as matérias-primas, e as duas nações mais poderosas da Terra, a Rússia e os Estados Unidos, são muito ricas em matérias-primas e controlam o acesso às fontes de produção dos que deles desfrutam. A tecnologia e a ciência constituem hoje fatores importantes do poder. Elas colocam nas mãos das nações do segmento Norte os meios necessários para controlar o processo de desenvolvimento, para elevar seus níveis de vida, para fortalecer sua segurança. Mas igualmente lhes serve para “manter a dependência, o imperialismo e o neocolonialismo no segmento Sul”.

Todos os países do segmento esférico norte têm uma característica comum — o desenvolvimento — e, portanto, forma o SEGMENTO DESENVOLVIDO da Terra, privilégio dos países ricos industrializados. Nele estão localizados o PRIMEIRO MUNDO, bloco capitalista dominado pelos Estados Unidos, e o SEGUNDO MUNDO, bloco constituído pela maioria dos países socialistas, dominado pela Rússia. Estima Mercado que, através da ideologia e da batalha tecnológica militar, estes mundos vão

encontrando padrões de conduta similares e níveis de vida cada vez mais afastados dos povos da periferia: O TERCEIRO MUNDO.

O segmento esférico sul da Terra (cuja linha divisória do Segmento Norte é identificada por Mercado Jarrín com o Trópico de Câncer e não com a Linha Equatorial) se caracteriza, no que se refere ao poder, por elementos deficitários e carências em relação às suas necessidades, e que afetam a capacidade dos países desse segmento para fazer frente aos obstáculos que se opõem à consecução de seus objetivos.

Neste segmento sul se encontram os países pobres da Terra. A maioria da população vive em condições quase miseráveis e há pobreza crônica das massas, que não resultam em calamidade temporária ou passageira. Os povos são pobres porque suas terras não se prestam ao desenvolvimento; mais da metade dos trabalhadores estão na agricultura e empregam métodos de produção obsoletos. As terras estão excessivamente povoadas em relação aos recursos disponíveis, à quantidade de terra arável e às matérias-primas industriais; a alimentação é inadequada, o analfabetismo é muito comum e o sistema social é estático e rígido.

Não obstante as considerações até agora expostas, Jarrín é de opinião que o segmento sul da terra é muito importante, pois no Terceiro Mundo estão duas terças partes da população, assim como grande parte dos recursos minerais e dos produtos tropicais.

A OPEP representa 55% da produção mundial e 90% das exportações mundiais de petróleo. Em bauxita, o Terceiro Mundo representa 71% da produção e 80% das exportações; em ferro, 55% da produção e 65% das exportações. Estas

grandes riquezas naturais, acha, provoca-rão com o tempo uma troca nas relações entre os países industrializados e os países em via de desenvolvimento, mas o que é ainda mais importante é que o "Terceiro Mundo começou a tomar em suas mãos o futuro equilíbrio do poder mundial".

Os povos situados no segmento esférico sul, pelo fato de possuírem proporcionalmente mais água do que terras, em relação ao Hemisfério Boreal, dispõe de maiores espaços marítimos que se abrem defronte das costas dos continentes meridionais, o que lhes oferece duas possibilidades para o futuro imediato: o controle sobre as grandes rotas marítimas, que sempre esteve e continua em mãos dos países do Hemisfério Norte, adquirindo atualmente maior transcendência para a comercialização mundial das matérias-primas em tempo de paz como para o abastecimento logístico em tempo de guerra; e a exploração das riquezas do mar, especialmente no que se refere aos chamados "nódulos polimetálicos". Um fato significativo a respeito é que uma porcentagem relativamente alta da produção petrolífera mundial provém da denominada Plataforma Continental, e se espera que essa porcentagem aumentará ainda mais dentro de poucos anos.

A grande maioria de países do segmento esférico sul tem duas características comuns: o subdesenvolvimento e a influência constante e variada do Oceano, constituindo a PERIFERIA SUBDESENVOLVIDA da Terra, base dos países pobres.

No caso da China Popular, que é constituída por grandes espaços continentais e marítimos, compartilha das vantagens de possuir elementos significativos similares aos que se encontram no

segmento Norte, bem como das vulnerabilidades resultantes de algumas carências semelhantes às do segmento Sul. Seus grandes recursos humanos e naturais e o rápido desenvolvimento em que se encontra, lhe permitirão alcançar o mundo moderno da tecnologia e da indústria e converter-se em uma potência equivalente aos Estados Unidos e à Rússia.

Esta diferença de caráter estrutural e não ideológico está provocando, a nível mundial, um conflito Norte-Sul de natureza polivalente: política, econômica, social e estratégica, mas não militar. Não concorda em tratar de identificar, como muitos pretendem, dito conflito como uma divisão ideológica entre as sociedades capitalistas e aquelas que se opõem ao capitalismo liberal; estima, também, ser um erro supor que o conflito é unicamente econômico, já que é evidente que as atuais formas de cooperação econômica internacional se tornaram obsoletas para acelerar o crescimento dos países pobres. Afirma Mercado Jarrín que essa diferença é de caráter político, social e estratégico. Político porque sua solução requer orientações nesse campo, e não só de ordem econômica, pois "uma equitativa redistribuição da riqueza do mundo dependerá, nos próximos anos, da possibilidade de se alcançar o consenso político para realizar modificações profundas no âmbito da política internacional a nível mundial" o que permitirá um reajuste nas atuais estruturas e modelos de produção e consumo. É de caráter social, porque as demandas do Terceiro Mundo "têm por objeto a justiça internacional", isto é, a equidade na atribuição dos recursos globais e na distribuição da riqueza, pois o que se deseja é conseguir um bem estar universal equilibrado. É de caráter estratégico,

porque se terá que integrar habilmente os fatores humanos econômicos, físicos, políticos e diplomáticos dos países do segmento sul para "alcançar o objetivo proposto: uma Nova Ordem Econômica Internacional".

A Posição da América Latina — Sempre sob o mesmo contexto geográfico, Mercado, analisando particularmente a posição da América do Sul, a considera, do ponto de vista geopolítico, como parte do segmento Sul da Terra, ou seja, da periferia ou mundo subdesenvolvido. Afirma, ainda, que ela não dispõe dos elementos fundamentais que constituem o Poder das Nações, e um simples cômputo das armas, evidencia que se tem perdido influência no campo da estratégia militar. Mas, no mundo atual, a influência se deriva não só do poder, como também dos fatores econômicos, sociais, políticos, psicológicos e da habilidade para exercer certa influência na conduta de outros mundos.

A América Latina estruturalmente é parte do Terceiro Mundo, e, como tal, nas reivindicações de justiça internacional "sua voz deverá estar com as desses países e reagir persistentemente ante às pressões dominantes dos centros de poder mundial". Ao mesmo tempo pertence ao âmbito do Ocidente, está localizada na "esfera de influência" dos Estados Unidos e com este país faz parte do Sistema Interamericano.

Assim, a América Latina geopolítica e estrategicamente está situada numa posição dual: como parte do Terceiro Mundo e como componente do Sistema Interamericano, o que faz dela, no contexto internacional, uma realidade complexa, sujeita às influências naturais e submetida às leis que emanam desta dupla situação. Mas Mercado é claro ao dizer que isso não implica a "aceitação de

uma ordem internacional injusta que as grandes potências pretendem perpetuar". Além das considerações de ordem geopolítica das relações que se derivam dos sistemas e das esferas de influência, as posições independentes "são o resultado da orientação vigente e da conjuntura interna em que vivem os países".

A América Latina é, sem dúvida, importantíssima já que a região tem um potencial maior de crescimento do que o resto das áreas subdesenvolvidas do segmento Sul, devido a seus recursos minerais, florestais, hídricos e energéticos. Sua população cresce rapidamente, hoje em cerca de 300 milhões, seu PNB ultrapassa os 220 mil milhões de dólares, havendo conseguido uma adequada proporção entre o espaço e a população (chamada de "massa crítica"), o que a torna capaz de um papel significativo no curso do desenvolvimento periférico. Além do mais, a cultura latino-americana, ao contrário da asiática e da africana do segmento Sul, desde suas origens, é ocidental. Sua posição dual a situa não só como protagonista principal do conflito Norte-Sul, senão contraditoriamente, como um elo entre o Terceiro Mundo e os mundos dominantes.

O Sistema Interamericano — No que se refere às relações dos Estados Americanos, há necessidade de se redefinirem conceitos de Segurança Coletiva, de Segurança e Defesa de todos os Estados-membros do Sistema Interamericano, que devem ser encaminhados no sentido de superar a dependência e rechaçar a dominação estrangeira. Dentro desta perspectiva, o grande foco das tensões se está transferindo para o âmbito das relações entre as grandes potências e os países do Terceiro Mundo, e, como vimos antes, o conflito entre o Leste e o Oeste transformou-se num

conflito Norte-Sul, entre o centro industrializado e a periferia dos países em desenvolvimento.

Considera o General Mercado que, nos anos vindouros, o principal interesse dos Estados Unidos deverá ser o desenvolvimento sócio-econômico dos países latino-americanos, porque é evidente que, na medida em que nos desenvolvemos, serão fortalecidas a paz e a segurança interamericanas, que "não poderão advir jamais da situação atual de injustiça social".

Expressa ele ainda que a ordem que defende um sistema de Segurança Coletiva é o status quo existente em um momento determinado. Assim, a segurança coletiva no Sistema Interamericano procura essencialmente a preservação daquele status quo, isto é, a defesa dos interesses da hegemonia continental, motivo de sua criação. A segurança para as nações insatisfeitas se configura agora através de um desenvolvimento auto-sustentado e de um novo conceito de segurança que faça frente à agressão econômica. Sob este contexto, considera que o TIAR carece atualmente de justificação para impor que América Latina se associe inflexivelmente a uma das grandes potências em virtude de uma hipotética ameaça extracontinental. Segundo ele, o TIAR está, pois, inserido no contexto de um sistema de alianças dos Estados Unidos com outras áreas do mundo: OTAN, SEATO, etc., e responde a situações que considera agora superadas.

Sob seu ponto de vista, o novo sistema de segurança coletiva tem que proporcionar proteção não só frente à agressão configurada pelo ataque armado, como também sobre outros quaisquer tipos. Os instrumentos que tornam possível uma Segurança Econômica Co-

letiva devem ser incluídos em um novo TIAR ou em novo convênio específico, que reduza seu âmbito de aplicação à agressão intercontinental transformando-o em tratado regional, e remetendo à Organização mundial — sem prejuízo das ações de urgência — o extracontinental; introduzir especificamente o conceito da agressão econômica nas mesmas bases do Sistema de Segurança Econômica Coletiva já mencionado, pois na próxima década ele estará submetido às pressões dominantes, provenientes dos seguintes fatos:

- (1) a nova estrutura estratégica de conflito a nível mundial;
- (2) a intensificação da luta pelo equilíbrio estratégico entre as grandes potências;
- (3) a revalorização das áreas estratégicas na América Latina;
- (4) a influência do petróleo no mundo;
- (5) a instabilidade política;
- (6) a crescente importância dos recursos econômicos da América Latina."

Finalmente, quanto ao Atlântico Sul, manifesta seu repúdio a toda possibilidade de uma Aliança para formar a OTAS, já que considera não dever a América Latina comprometer-se no conflito Leste-Oeste, além de que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca dá ao Brasil "todas as possibilidades para sua defesa e coordenação se necessário".

O PERU E SUAS FRONTEIRAS

O General Carlos de Meira Mattos, em sua obra "Brasil Geopolítica e Destino", ao referir-se às fronteiras diz: "no estabelecimento dos limites entre os Estados sempre houve a preocupação de encontrar uma linha nítida" e que as chamadas fronteiras naturais são

sempre as mais desejadas ou procuradas, por oferecerem melhor aquela nitidez. A respeito, Mercado Jarrín concorda em que elas são as mais aptas e as que melhor se ajustam aos fins do Estado, "mas não coexistem com ele".

Entendemos que as fronteiras em expansão têm sido uma das constantes geopolíticas de todos os Estados, mas como por razões de espaço não era possível expandi-las, a tendência era, e continua sendo, a de organizar áreas de influência cada vez mais amplas. É fácil comprovar, através da história, que todos os Estados têm procurado estender sua base territorial ou de influência sempre que se lhes apresenta ocasião. Possivelmente isso possa ser justificável se tentarmos encontrar uma razão psicológica aparente, a qual poderia ser que a segurança aumenta quando aumenta o espaço que se domina.

Também hoje em dia, assistimos ao renascer dos movimentos regionalistas, apoiados agora não em bases territoriais, mas em bases sócio-econômicas e culturais, para lograr a expansão das fronteiras econômicas e uma nova ordem internacional justa.

A fronteira é, pois, uma zona de transição, uma faixa crítica de produção e vinculação, uma "isóbara política", como a definiu Mercado, que fixa por um certo tempo um equilíbrio de poder, uma área vital cujo cerceamento deixa o Estado sem poder de recuperação por muitas décadas.

Falando das fronteiras do Peru, Mercado Jarrín considera que elas são vastos espaços, quase desabitados, que "mostram as cicatrizes do despojo, provas eloquentes do desarticulado crescimento do núcleo vital e da frágil coesão social interna... áreas carentes de solidez e dinamismo; no entanto, em seu con-

junto, são detentoras de maior sensibilidade estratégica no continente.

Como sucede em quase todos os Estados Nacionais constituídos sobre as antigas delimitações administrativas espanholas, os linderis estabelecidos nos conclaves estratégicos europeus do século XIX correm por imensas extensões desérticas, montanhosas e selváticas, motivando muitos espaços afastados do núcleo principal e, portanto, da atenção e as preocupações da autoridade correspondente. A falta de dinamismo, comum a todas as periferias territoriais sul-americanas, particularmente às vinculadas à Amazônia, atinge também o território peruano.

Mercado Jarrín, que considera essa ausência de dinamismo muito mais grave para o Peru, pois, além de sua grande extensão e variado aspecto geográfico, só um pequeno trecho é fronteira morta e que não interessa do ponto de vista geopolítico, estabelece como características fundamentais das fronteiras peruanas as seguintes:

(a) São muitas, comparadas com as de outros países sul-americanos (cinco ao todo).

(b) São jovens, já que se fixaram no século XIX, com correções no princípio do século XX. Sua consolidação se realizou muito depois da maioria dos países da América do Sul (1929 e 1942).

(c) São desiguais, porque, enquanto com o Equador e a Bolívia são montanhosas e selváticas, com o Chile é em grande parte desértica, e com Colômbia e o Brasil se apresentam inteiramente selváticas e fluviais.

(d) São reguladas por tratados internacionais.

(e) Deixam fora do Peru grandes agrupações quichuas, que por sua origem, poderiam ficar dentro.

(f) São de grande sensibilidade estratégica, pelas riquezas naturais que se exploram na sua periferia e pela natureza competitiva dos recursos que encerra (cobre na fronteira com Chile e petróleo com o Equador).

(g) De pouco valor defensivo no corredor desértico da costa e no planalto do Altiplano.

(h) Unificadas, portanto, sem movimentos separatistas fronteiriços.

(i) Finalmente, foram mutiladas, ora pela ação de uma infesta guerra, ora por hábil diplomacia.

A fronteira e sua relação com Lima Metropolitana — Tem-se dito que o dinamismo de uma fronteira está em relação com suas características geográficas e a capacidade e potencialidade do núcleo vital, também chamado "coração terrestre" ou "heartland". Na sua análise a respeito, feita levando em consideração a faixa limítrofe e outros fatores de caráter geopolítico, Mercado opina que a fronteira mostra permanentemente a influência e a pressão interna do núcleo geopolítico principal, e mesmo dos outros núcleos. Esta influência depende "da capacidade e do poder do núcleo, e de sua distância à faixa fronteiriça". Neste contexto, os núcleos de Guayaquil e Quito, Bogotá—La Paz, Santa Cruz—Sucre—Cochabamba estão mas perto das fronteiras que da Lima Metropolitana. Por outro lado, os de Santiago, Rio de Janeiro—Belo Horizonte—São Paulo, estão mais afastados. Sabemos como o Brasil solucionou sua debilidade construindo Brasília: também, se recorrermos a dados estatísticos, atualizando o que o General Golbery do Couto e Silva representou na sua comparação dos centros de poder sul-americanos, podemos afirmar que a capacidade e a potencialidade da Lima Metropolitana

na é superior à dos outros núcleos dos Estados vizinhos, com exceção do Brasil.

A falta de consistência, de crescimento e força das fronteiras peruanas, a critério de Mercado, são provas da incapacidade do núcleo principal da Lima Metropolitana para "gerar um grau tal de energia que se projete sobre a periferia. Estima ele que, quanto maior a solidez e a coesão de Lima, quanto maior seu desenvolvimento, não em termos urbanísticos, senão espaciais projetando seus recursos ao resto do país e permitindo incrementar a produção agropecuária e industrial no resto do território, tanto maior será também a possibilidade da fronteira resistir às pressões externas. Considera ainda, que a influência separatista que os Andes exercem em relação aos núcleos principais da sub-região e suas fronteiras é muito maior em Lima que em Quito, Bogotá ou La Paz, devido à sua localização excêntrica e à maior diferença de altitude e extensão da Cordilheira em território peruano. Os Andes contribuem para diminuir a influência da Lima Metropolitana sobre a fronteira Amazônica.

As pontas de penetração — Ao longo de sua história republicana, o Peru admitiu, como dissemos antes, certas mutilações em todas as suas grandes pontas de penetração, ou melhor dizendo e utilizando a nomenclatura de Meira Mattos, em suas fronteiras angulosas. Assim, como consequência da ação diplomática ou militar dos países limítrofes, perdeu vastas áreas no rio Yapeyú e no Amazonas para a Colômbia e o Brasil, no rio Acre e Purus para o Brasil e os territórios de Arica e Tarapacá para o Chile.

Existiram, como fundamento para tal fim, razões econômicas como cobiça pe-

los recursos naturais das zonas disputadas; o guano e o nitro, a goma ou a borracha, foram, entre outras, as causas que conduziram a essas mutilações. Mercado Jarrín, no entanto, considera que a principal razão foi que, na Amazônia, salvo em Letícia, todos os territórios careciam de ocupação efetiva pela população peruana, além de que neles não se realizava uma exploração econômica suficientemente estável e integrada ao resto do país.

Vemos, assim, que, do cerceamento operado nos espaços peruanos, resultou a lei que, como numerosos casos históricos, os estudiosos denominaram teoria de tendência das fronteiras angulosas ou "pontas de penetração", exemplificada claramente por Meira Mattos, e que podemos expressar como "quando uma ponta se forma em uma fronteira e penetra em um território qualquer, esta tende a estender-se se o seu dinamismo for superior ao do meio circundante, ou é absorvida por este meio em caso contrário".

As fronteiras — Em continuação, tentaremos fazer um resumo do que Mercado Jarrín considera de importância no desenvolvimento histórico e geopolítico das fronteiras do Peru com seus vizinhos.

EQUADOR — A zona fronteira de Tumbes, o departamento mais ao norte peruano é uma cunha que se introduz num território "cujo potencial econômico na Província do Ouro é muito maior". A força centrífuga que gera a cidade de Tumbes vem diminuindo e a influência cultural e econômica equatoriana se acentua. Esse fato é facilmente comprovável uma vez observado que, se em 1940 a cidade equatoriana de Machala, capital da Província do Ouro, tinha a metade da população de Tumbes, hoje é

duas vezes maior. No entanto, no setor de Piura a potencialidade peruana é superior à que se pode desenvolver em Loja; inclusive em certa época a moeda peruana circulava nessa cidade equatoriana com grande afluência.

No entender de Mercado Jarrín, a exploração das zonas petrolíferas do Tigre e Pastaza oferece a oportunidade para criar um polo de desenvolvimento entre Iquitos e a fronteira com o Equador que "irradie influência sobre ela por sua atividade e menor distância, e impulse nessa direção a onda colonizadora e a integre à vida econômica do resto do país". Assinala, ainda, a situação dependente que o Equador tem em relação à Amazônia, já que seu acesso à navegação ali e através dos rios peruanos, o que requer necessariamente um entendimento satisfatório com o Peru, tendo em conta que o direito da livre navegação por um rio só pode ser outorgado pelo país ribeirinho que exerce plena soberania sobre o curso navegável

COLÔMBIA — O Trapézio Amazônico, sob o ponto de vista do subcontinente, é uma "ponta de penetração" que avança até o sul, onde a cidade de Letícia, com aproximadamente 23.000 habitantes, é o centro de convergência de peruanos, brasileiros e colombianos, constituindo uma situação peculiar em toda a bacia Amazônica.

Opina ele que nesse ponto convergente há um denominador comum, a "escassez de povoação, pobreza, expectativas e esperanças", constituindo a parte colombiana de Putumayo um exemplo disso. Deixa assim entrever que o dinamismo conjunto, político e econômico da Colômbia e do Brasil e a ausência peruana "ameaçam sua absorção".

BRASIL — A fronteira brasileiro-peruana tem-se mantido firme ao longo da linha do Javari, desde o século XIX. O tratado assinado por ambos os países em 1851 estipulava que todas as questões territoriais seriam resolvidas com base no "uti possidetis de facto".

É indubitável que o Brasil tem entre suas constantes geopolíticas a de projetar-se até o Pacífico, buscando seu acesso através de seus sistemas de interconexão com os dos países vizinhos, o que não deve chamar a atenção se se tem em conta a realidade de sua condição de primeira potência do subcontinente e sua emergência como potência mundial dentro de poucos anos; logicamente sua comunicação com o "mar do sul" afiançará sua condição como tal. A respeito, Mercado diz que "o desenvolvimento da Amazônia permitirá no Brasil irradiar influência e levar sua marcha até o Oeste, até o Peru, considerado o melhor caminho entre o Atlântico e o Pacífico".

Em geral, ele considera que a fronteira com o Brasil, de difícil acesso, apresenta crescentes depressões negativas para o Peru. Acha fundamental ser preciso uma geoestratégica de fronteiras que retifique a falta de ocupação populacional causadora desta situação e que impulsione aos espaços marginais ou periféricos. Para isso estima que um adequado sistema de comunicações, que inclua a conexão ao sistema rodoviário do Brasil, deve fazer parte dessa estratégia.

Acha ainda que um maior número de rotas que alcancem a fronteira da Amazônia proporcionará maior contato com o Brasil, porém ao mesmo tempo, menor segurança defensiva para o Peru. Este dilema é de grande atualidade, e somente uma superficial visão política manterá a atual situação do sistema de

transporte peruano com o Brasil, por ser este uma realidade em vésperas de compartilhar as responsabilidades da liderança mundial e cuja vizinhança logicamente não pode ignorar.

Achamos que se deve distinguir o que é duradouro em nossas relações e o que é passageiro. Neste caso, duradouro é nossa vizinhança, ao longo da fronteira mais extensa do Peru, com um país que será potência mundial no ano 2000. As rotas até a fronteira não só se traduzirão em benefício econômico, político e social para a nação, senão numa forma de unidade e de integração do território que poria fim a um esquema geopolítico espontâneo e regressivo.

A Declaração conjunta Peru-Brasil assinada na ocasião da visita do presidente do Peru, General Francisco Morales-Bermúdez Cerruti ao Brasil em outubro de 1979 se encarrega de confirmar nossa apreciação.

EQUADOR — A Bacia do lago Titicaca, cujas águas constituem um condomínio, é o ponto mais conspícuo na fronteira, e une ambos países. Segundo recentes estudos técnicos, suas águas não podem ser aproveitadas para irrigação ou produção de energia, devido ao fato de que o intercâmbio de águas é insuficiente. A respeito, Mercado considera que, dada essa situação, resta a possibilidade de vitalizar reciprocamente a fronteira do Altiplano e incrementar a densidade geopolítica mediante a utilização de suas águas, sem prejudicar a ecologia.

A fronteira do Sueste, que é acessível, "apresenta uma relação de pressões positiva". No entanto, a grande densidade demográfica do Departamento de Puno tem originado uma corrente migratória até os centros urbanos e industriais da zona e da costa, produzindo a subo-

cupação, desocupação, e o que é mais grave, "um paulatino esvaziamento das até hoje verdadeiras fronteiras humanas do Peru".

Ao norte do lago, a zona boliviana das fronteiras está intimamente ligada à vida econômica da região peruana, de cujo intercâmbio comercial e produção alimentícia depende em grande medida. Ao sul, a fronteira é mais aberta, e as relações econômicas com a Bolívia diminuem à medida que se afastam do rio Desaguadero para receber a influência que gera o tráfego entre Arica e La Paz. A respeito, Mercado argumenta com a necessidade de vincular a fronteira com a costa, mediante a construção da estrada internacional que ligue Ilo—Desaguadero—La Paz, a fim de criar um grande dinamismo econômico na zona "e dar solidez à fronteira em uma direção de grande valor estratégico favorável à penetração externa".

Tendo em vista a "hipoteca histórica" que se tentou fazer pesar sobre o Peru, acerca da responsabilidade de que a Bolívia não recuperaria o mar territorial que reclama, e lhe corresponde, por culpa exclusivamente peruana, já que o Chile estaria "disposto" a dar-lhe a saída que lhe fora negada, e paralelamente à inevitável reorientação do tráfego comercial boliviano em consequência da nova situação geopolítica da Bolívia, ele é de opinião que o Peru deve recuperar as vantagens que sua posição geopolítica lhe outorgam mediante uma adequada infra-estrutura portuária em seus principais portos do sul.

Finalmente, Jarrín estima que o Peru deve dar à Bolívia seu mais decidido apoio especialmente no marco do Pacto Andino, não só para que obtenha adequado proveito na integração e evitar seu afastamento, mas também porque

"é o mercado natural peruano e seu espaço está aberto, em melhores condições que para os países do Cone Sul, à ação dos núcleos de coesão peruanos" devido não só aos fatores geográficos, senão também aos vínculos étnicos, culturais, econômicos, políticos e estratégicos.

CHILE — Considerada essa fronteira como de fácil acesso, a maioria dos internacionalistas e geopolíticos lhe dedicam especial atenção, o que é lógico compreender, tendo em vista as funestas consequências do seu esquecimento no ano de 1879.

Atualmente, o desenvolvimento induzido de Arica e Iquique e as novas condições que se vem criando como consequência de haver-se declarado zona franca esta região fronteiriça tem "quase revertido a situação de pressão positiva que exercia Tacna desde sua entrega em 1929" até aproximadamente o ano de 1958. Como exemplo dessa afirmação, em 1929 a população de Tacna era o dobro da de Arica, embora hoje a de Arica seja quase três vezes maior.

Nas suas considerações a respeito, o General Mercado expressa a necessidade de desenvolver Tacna, já que nossa fronteira, altamente sensível, e de uma realidade social de intercomunicação recíproca devido a sua intensa vinculação sócio-econômica, resultante de um conjunto de acordos de caráter complementar com relação ao tratado de 1929, "deve recuperar seu dinamismo econômico superior ao espaço vizinho". Acrescenta ainda que se não forem tomadas a tempo medidas corretivas necessárias, o que está sendo feito, se permitirá o recuo de nossa fronteira até Arequipa.

O ACESSO À REGIONALIZAÇÃO DO PAÍS

Quando daqui em diante se mencionarem as regiões do Peru, não se incluem mais como até agora, a costa, a serra e a selva. Para a nova Constituição peruana, "as regiões" não são essas zonas geográficas. São novas circunscrições políticas que podem modificar radicalmente o regime interior da República. A inovação tem tido intenção saudável: promover a descentralização e deter o crescimento macrocefálico de Lima que, diga-se de passagem, não é fenômeno particular do Peru, mas uma tendência universal da qual não se livra nenhum país.

Esta realidade, sem dúvida alguma, tem que atribuir-se ao General Mercado Jarrín, que, na busca de um sistema eficiente para o desenvolvimento do país e, através de uma metodologia de análise e síntese geopolítica, propôs várias alternativas para a sua regionalização, baseados nas regiões de maior densidade e áreas geopolíticas. Assim, se configura seu longo sonho, desde que sua voz geopolítica se fez ouvir no âmbito nacional, procurando resolver o velho problema de centralização, facilitando assim, o desenvolvimento social e econômico mais equilibrado e impedindo que perdurem os graves problemas que por décadas vêm afetando as províncias, evitando desse modo o esvaziamento do interior, a falta de ocupação da Amazônia e o mau aproveitamento dos recursos naturais daquelas zonas atrasadas.

A sua inquietação quanto às suas teorias e as posteriores sugestões de alternativas para a regionalização são consequências da atual configuração geoeconômica e social, além de que a localização espontânea da população no territó-

rio peruano vêm gerando espaços de diferentes e variadas hierarquias e significações geopolíticas, sem que se chegue a um verdadeiro sistema ou esquema geopolítico nacional.

Para melhor entender tal situação é necessário ter presente o que foi visto no início deste trabalho, quando tratava-se do desenvolvimento da geopolítica no transcurso da história do Peru e o que fica claro é que, como a maioria dos países da América Latina, a estabilidade da população e o posterior desenvolvimento dos núcleos principais ou de coesão, deveram-se principalmente aos desdobridores.

Considera Mercado Jarrín que atualmente, no espaço territorial peruano se pode verificar até cinco diferentes núcleos de coesão, os quais variam de tamanho, composição e hierarquia, e "cujas fronteiras econômicas determinam a delimitação objetiva das áreas geopolíticas peruanas", e as coloca como bases fundamentais para o estabelecimento de sua teoria regionalista, que, como foi dito acima, é quase um fato, cabendo agora ao Congresso peruano a decisão final sobre a alternativa a escolher.

É consenso público que a atual demarcação política do Peru, em seus 23 departamentos, com suas respectivas províncias e distritos, tem contribuído grandemente para gerar o incômodo centralismo, além de não concordar com as diferentes setorizações da administração. Por isso, considera Mercado que a medida fundamental da estratégia corretora é a regionalização do país, ou seja, sua delimitação territorial com base primária nos núcleos de coesão e suas áreas de influência

Sob esta premissa propõe três alternativas: uma considerando cinco regiões

e outras duas com seis cada uma, todas elas baseadas, como foi dito, nas áreas geopolíticas e nos núcleos de coesão, os quais são os seguintes:

— A área geopolítica de Manobra Centro-Oriental, localizada na linha média do Peru e que contém “o núcleo geo-histórico, geoeconômico e geoestratégico principal: Lima Metropolitana”, e cujo raio de ação se estenderá no sentido oeste-leste, principalmente a fim de prolongar a fronteira econômica e permitindo a articulação com a Amazônia.

— A área geopolítica Norte, que envolve o núcleo geoeconômico integrado pelas cidades de Chimbote, Trujillo e Chiclayo, considerado como a zona metropolitana de segunda ordem no ano 2000. Estima Mercado que na sua zona fronteira, “requer um grande dinamismo, especialmente se se tem em conta o desenvolvimento de Guayaquil, no Equador, e a falta de demarcação na zona da Cordilheira do Condor”.

— A área geopolítica sul-oriental, que contém como núcleo o milénário Cuzco, centro geopolítico e geoestratégico do Tahuantinsuyo, que abraça, total ou parcialmente os departamentos de Madre de Dios, Ayacucho e Arequipa, e que contém “a rota mais viável do território peruano para a projeção transcontinental com o Brasil”.

— A área geopolítica Sul, centralizada em Arequipa, a segunda cidade peruana, teria como área de sumo interesse a Bacia do Lago Titicaca e as fronteiras com a Bolívia e o Chile, pelo que seu desenvolvimento é tarefa de alta prioridade.

— A área geopolítica da Amazônia, que tem o seu pivô na cidade de Iquitos e cuja fronteira econômica alcança as fronteiras com o Equador, Colômbia e Brasil. A fim de contrabalançar a “pres-

ção demográfica e econômica do Brasil”, intensificada pela influência da estrada transamazônica, acha vital incentivar o desenvolvimento das cidades de Iquitos e Pucallpa, o que impulsionará a onda colonizadora até a fronteira.

No processo da “regionalização” do Peru, a nova Constituição eliminou qualquer referência ao atual regime interior da República, dividida em departamentos, províncias e distritos. As primeiras só as menciona como algo temporário e até que se organizem as regiões. Parecerá pois, que a boa intenção descentralizadora se orienta, paradoxalmente, até a concentração em unidades,¹ uma espécie de ressurreição das Intendências do Vice-reino. Como alguns calculam, isto pode gerar rivalidades regionalistas, sobretudo no momento de eleger a capital para cada região.

Mas, o que é mais importante, não obstante as disposições que se adotem para regular o avanço do processo da regionalização, é que isso pode desembocar, como diz Andrés Aramburu Menchaca, num “funesto federalismo”, no sentido de que a federação “serve para unir o desunido, o que não é o caso do nosso país, histórica e constitucionalmente unitário”.

O PERU FRENTE AOS PACTOS AMAZÔNICO E ANDINO

Tratado de Cooperação Amazônica — Até menos de um século, a bacia amazônica era uma região praticamente desconhecida. Dentro do processo de expansão e busca de novas fontes de riqueza pelos países industrializados da Europa,

1) Mercado Jarrín acha que Loreto, departamento da Amazônia que tem 308.000 km² deve ser dividido, criando-se dois novos departamentos.

o descobrimento da região do Amazonas e a conseqüente exploração de suas riquezas estiveram unidos no descobrimento e exploração da borracha no final do século passado. Até então, só aventureiros ou missionários haviam penetrado no que não há muito tempo se conhecia como "o inferno verde".

Hoje a realidade amazônica é outra; com a penetração dos primeiros seringueiros e colonos, a Amazônia deixou de ser progressivamente a região perigosa de antanho. No entanto, o perigo não era a região, pois o fenômeno se inverteu: à medida que o colono foi penetrando, o que se tornou perigoso foi ele e não o meio, a selva. Precisamente por isso, e depois da experiência que a Amazônia vem sofrendo nos últimos tempos, impõem-se hoje, soluções que só podem ser alcançadas com a cooperação de todos os países da área.

A incrível extensão da hila amazônica (o maior pulmão natural do planeta) faz com que, segundo alguns científicos, seja ela a maior reserva de oxigênio com que no momento conta a humanidade. De sua preservação, portanto, dependerá, por completo, não sofrer a vida no planeta maiores danos. Se irresponsavelmente se deteriorar o meio ambiente da Amazônia, não só se contribuirá com isso para liquidar um habitat importante onde moram e se desenvolvem diversas formas de vida, senão também que sua liquidação afetará, de forma considerável, todo o planeta e, em conseqüência, se comprometerá a vida na terra e, obviamente, a vida humana.

Com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônico, a Amazônia começa a ser tratada com cuidado, isto é, com cuidado que merece. Nesse sentido, Mercado Jarrín, que o define como de "cooperação mais do que de integração,

para um melhor enriquecimento da Bacia", se declara partidário da participação do Peru, mas acha que, para a sua perfeita execução e atingimento dos objetivos, têm que ser considerados alguns aspectos fundamentais, entre os quais destaca:

a) A conveniência de que os países membros do Pacto Andino tomem, frente ao Brasil, uma posição comum e conjunta ante as tratativas do Pacto.

b) A preocupação referente ao papel das companhias transnacionais, em razão de que o tratado não as tomou em consideração.

Na sua análise sob as perspectivas de tratado de Cooperação Amazônico, no entanto, que para alguns é um convênio que, tendo em conta a grande importância de sua "massa crítica", beneficiaria preferentemente o Brasil, e, para outros, é simplesmente uma "legalização do expansionismo", Jarrín considera-o como um avanço "no processo de auto afirmação da região", ao mesmo tempo que é um passo a mais dentro dos movimentos de integração econômica.

Com relação à aparente flexibilidade com que fora redigido o Tratado "ante a desconfiança de que o Brasil pretenda estender sua influência por esse caminho", caberia mencionar a opinião de José de la Puente Radbill, o chanceler peruano na ocasião da assinatura do Tratado, que diz que ele "não favorece de forma alguma ao Brasil, nem prejudica os interesses do Peru".

Ainda mais, Mercado é claro ao afirmar que "os problemas de vizinhança econômicos, sociológicos e conseqüentemente políticos... não devem erigir-se em obstáculos à necessidade de intensificar nossas relações com o Brasil, cujas condições de crescimento não são suscetíveis de modificar-se", além de estabe-

lecer que "a colaboração brasileira será cada dia mais necessária, e devemos saber encontrar desde logo novas fórmulas de entendimento e cooperação".

No que respeita à sua preocupação com a atuação que poderiam desenvolver as companhias transnacionais na Amazônia, embora o Tratado não as tenha tomado em consideração, indica que, da forma como ele foi aprovado, poderia ser orientado para permitir uma intervenção.

Indubitavelmente, a atual ordem econômica do mundo, agravada pelas crises geradas pela "explosão" dos preços do petróleo, poderá debilitar o sentido nacionalista com que o Tratado foi subscrito de maneira a facilitar, de alguma forma, a livre ou incontrolada depredação da Amazônia pelos interesses das companhias transnacionais que nela atuam. A respeito, Mercado Jarrín cita como exemplos os casos da Companhia VOLKSWAGEN, que inverteu no Brasil 80 milhões de marcos para a aquisição de uma propriedade rural na qual se destina 69.000 hectares, com o objetivo de formar pastagens e manter um rebanho estabilizado em torno de 110.000 cabeças de gado, a fim de exportar carne para os Estados Unidos e Alemanha na presente década; há ainda o caso do projeto "JARI", promovido pelo milionário americano Daniel Ludwig.

Com relação a situação mencionada inicialmente, relativa às teorias que postulam a Amazônia como reserva internacional no caso de uma conflagração nuclear, já que ela seria uma das poucas áreas no planeta isenta de contaminação atômica, afirma ele que deve ser explorada só por seus habitantes, na forma que mais convenha aos interesses dos países assinantes.

Logo após a concretização do Tratado de Cooperação Amazônico, Mercado Jarrín teceu algumas considerações sobre as possíveis repercussões que ele traria no âmbito da América do Sul, as quais podem condensar-se principalmente nas seguintes:

(a) Poderá exigir a reformulação da concepção político-estratégica da Argentina, o que a levaria a se acercar do Brasil, dar uma maior importância a sua posição no Cone Sul e ao mesmo tempo procurar fortalecer sua aproximação à Bacia do Pacífico, preferentemente com a Bolívia e Peru.

As visitas recíprocas dos presidentes do Brasil e da Argentina, e a do General Videla ao Peru, e o imediato reconhecimento do novo Governo Militar da Bolívia, pela Argentina, parecem confirmar esta apreciação.

(b) Motivará que o Chile reconsidere sua posição com relação ao Pacto Andino e procure seu retorno a médio prazo, ao mesmo tempo que oriente seu esforço diplomático para vitalizar seu alinhamento com o Brasil. Também neste passo concretizou-se a visita do Presidente João Batista Figueiredo ao Chile, após seu longo isolamento, na busca de dar uma melhor imagem internacional do Chefe do Governo Chileno, cujo prestígio chegara a um baixo nível, além dos casos Letelier e dos Direitos Humanos, com a fracassada viagem a Filipinas por decisão unilateral de Manila.

(c) Enquadra-se com os interesses geopolíticos do Brasil que tende a afirmar-se como país chave na região, ao mesmo tempo que satisfazem as necessidades atuais, porque não dizer prioritários, da política externa brasileira, tais como garantir o abastecimento de petróleo e a possibilidade de concertar em

melhores condições, um novo tipo de relações com o Pacto Andino.

Os atuais acontecimentos motivados pela guerra Irã-Iraque, se encarregam de confirmar isso, com o aumento dos níveis de exportação de petróleo ao Brasil pela Venezuela e pelo Equador.

O Pacto Andino — Entendemos, como preconiza Luis Barandíaran Pagador, que o Pacto Andino não é mais do que uma confirmação da constante histórica de seus países-membros para integrarem-se entre si. Já desde a época pré-andina com o Tiahuanaco entre a Bolívia e o Peru, e o Tahuacantinsuyo que abarca tudo o que é hoje o Pacto Andino, com exceção da Venezuela, passando pela época dos Vice-reinos, tem havido uma busca permanente de integração que se repete com Bolívar e se concretizou, finalmente, no Grupo Andino.

Mercado Jarrín, na sua condição de chanceler do Peru durante o Governo Militar 1968-1980 foi seu mais entusiasta empreendedor e, como ele mesmo diz, "seu gestor", tendo como razões geopolíticas que o levaram a ser seu principal protagonista "a localização central do Peru, já que dessa maneira retornava à sua posição do Incanato e da Colônia".

A participação do Peru no processo de integração do Pacto é de alta rentabilidade e só no período 1974-1979 a balança comercial com o Grupo Andino teve um saldo positivo da ordem de 120 milhões de dólares. Além de ser um instrumento econômico com traços ideológicos de caráter nacionalista que se revelam quando se presta atenção a algumas normas que regem, de forma relativamente rígida, os investimentos estrangeiros na área do Pacto, Mercado Jarrín também o considera um instrumento

político, que deve estar aberto à cooperação com a Argentina e o Brasil.

Aqueles traços políticos que ele menciona podem ser verificados na eficaz gestão dos chanceleres andinos na crise da Nicarágua, na assinatura dos Tratados do Canal de Panamá, na atuação na Conferência de Não-Alinhados de Havana, sua contribuição na situação boliviana, que obrigara o fracasso do golpe militar do Coronel Natush Bush e na sua posição frente ao recente golpe na mesma República.

No que respeita à ampliação das relações com a Argentina, basta observar que a totalidade do comércio Andino-Argentino evoluiu favoravelmente, tendo sido incrementado de 171 milhões de dólares em 1969 a mais de 760 em 1978. Por outro lado, recentemente, por ocasião da visita do Presidente do Peru ao Brasil, em outubro de 1979, estando este investido da representação dos Chefes de Estado dos países do Grupo Andino, foi assinada a denominada "Ata de Brasília", que assenta as bases para a vinculação entre a constituição do Grupo Andino e a ativa participação do Brasil no processo até ser conseguida a unidade latino-americana, e ainda um convite para que os membros da Junta do Acordo de Cartagena visitem o Brasil.

CONCLUSÕES

Até hoje não se concluiu se a Geopolítica é ou não *ciência*, pois se alguns assim a consideram, outros lhe negam tal caráter, afirmando não ser ela mais do que uma deformação da geografia com propósitos políticos ou de uma falsa ciência desenvolvida pelos alemães antes da II Guerra Mundial, a fim de justificar sua política imperialista e sua ânsia de domínio mundial. Outros, ainda,

não admitem a sua existência nem a influência dos geopolíticos, já que acham que a eles se deve a desunião dos povos, especialmente na América Latina, onde impedem sua real integração.

No entanto, na atualidade as grandes potências, democráticas ou não, e a maioria dos Estados julgam conveniente recorrer à Geopolítica para estabelecer rumos necessários ao aspecto político do Estado para a construção de seu futuro sobre sólidas bases. De tudo isso, achamos que, na pior das hipóteses embora existam motivos que orientem os países no sentido de tornar suas decisões políticas, internas ou externas, por certo tipo de *razões geopolíticas*, os Estados têm a obrigação de estudar essas razões e determinar os objetivos políticos que devem alcançar, ainda mais quando existem pensamentos inaceitáveis como o de Augusto Pinochet Ugarte, que considera que o Estado "requer na sua composição uma constituição semelhante a uma ameba, ou seja, que as fronteiras não ficam nem ficarão nunca estáveis, pois crescem alimentando-se dos vizinhos

Concordamos, também com o General Meira Mattos, quando diz que prefere ficar com as idéias de Arnold Toynbee, que aceita a geopolítica só como "conselheira, indicadora de soluções, mas coloca o destino dos povos nas mãos de suas elites"

Da gama de pensadores peruanos, cuja atuação tivemos oportunidade de observar brevemente através da história peruana, um dos que mais destaque tem tido, a partir da década dos anos 70, é Edgardo Mercado Jarrín, não só pela sua posição política durante o governo militar dos anos 1968-1980, senão por suas diferentes concepções de evidente realidade, sedimentadas, como diz, no pensa-

mento daquele brilhante militar, o Marechal Ramón Castilla.

Baseados na sua concepção do mundo atual, verificamos a validade da existência do conflito norte-sul e da transcendental atuação que lhe caberá assumir à América Latina na sua posição dual, isto é, como membro do Terceiro Mundo e do Sistema Interamericano, simultaneamente.

Mas, para poder enfrentar esse reto, é preciso que ela se unifique e se integre efetivamente, para fazer sentir sua presença de forma monolítica. No entanto, entendemos que a integração é um conceito político e ao mesmo tempo técnico, e seus mecanismos são altamente complexos. Poderia dizer-se, ainda, que observamos certa falta de vontade política para eliminar os obstáculos, e demonstrar que com solidariedade regional o desenvolvimento e a segurança através da integração são possíveis.

É por isso que, com satisfação, reconhecemos a atuação de Mercado Jarrín que, no âmbito da integração sub-regional, se constitui no artífice principal do que agora é o Pacto Andino, logrando ainda para o Peru a sede da Junta do Acordo. Ao longo de sua gestão como chanceler, deu significativos passos para fortalecer as relações e a ação coordenada de todos os países da América Latina.

Finalmente, achamos que obras como a de Mercado Jarrín são imprescindíveis para retomar o fio condutor do pensamento geopolítico peruano na reafirmação do nosso destino histórico, cujos antecedentes estão nos extensos Caminhos do Inca, traçados com perspicaz visão geoestratégica; na grande cidade indígena do Império Incaico, assentada com claro sentido de afirmação geopolítica e substituída posteriormente pela cidade porto dos conquistadores;